



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**DECISÃO – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**EMPRESA:** RL DA SILVA ARAUJO SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI – PROCESSO Nº 08712/2022 (impugnação).

Processo Licitatório: 04675/2022

Referente à:

**TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2022**

**DATA DA ABERTURA:** 25 de outubro de 2022

**HORÁRIO:** 10:00

**OBJETO:** OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 15 CASAS POPULARES NO BAIRRO DE BARRINHA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, em conformidade com as especificações contidas nos anexos: I – Orçamento - Casas populares da barrinha, II - Memória de cálculo - Casas populares da barrinha, III – Cronograma - Casas populares da barrinha, IV – BDI - Casas populares da barrinha, V - Caderno de Encargos - Casas populares da barrinha, VI – Casas Populares Arquitetura 1, VII – Casas Populares Arquitetura 2, VIII – Casas Populares - Projeto implantação, IX - ART, X – Contrato, XI - Metodologia para cálculo de garantia adicional, XII - Declaração de Idôneo, XIII - Declaração de Conformidade com o Edital e seus Anexos, XIV – Declaração de Conhecimento dos Locais e Condições e Anexo XV – Declaração de Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que são parte integrante do presente edital.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado na modalidade **Tomada de Preços**, do tipo menor preço global, com subcontratação de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48, inciso II da Lei Complementar n.º 123/2006 com redação dada pela LC n.º 147/2014, regida pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas posteriores alterações e demais normas complementares. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 22/09/2022, no jornal de grande circulação (Jornal Extra) em 23/09/2022, Diário Oficial da União em 23 de setembro de 2022, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

**DA TEMPESTIVIDADE:**

A presente impugnação foi interposto dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **RL DA SILVA ARAUJO SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI**, em 20 de outubro de 2022, atendendo o item 10.2 do edital.

Para os prazos do julgamento do presente processo foi considerado o Art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

**DO INICIAL:**

A Presidente e Comissão de Licitação deste Município, instituída pela Portaria nº 03/2022, referente a Tomada de Preços nº 009/2022, julga e responde a impugnação interposta pela empresa **RL DA SILVA ARAUJO SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI**.

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da

igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos”.

#### **DO PEDIDO FEITO PELA EMPRESA:**

Em síntese, a impugnação apresentada pela empresa *RL DA SILVA ARAUJO SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI* baseia-se pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. A empresa informa que “a presença de vícios que podem vir a macular todo o processo, cuja a prévia correção se mostra indispensável à abertura do certame e a formulação da proposta”. A empresa solicita a análise do mérito de esclarecimento com impugnação pelo (a) Sr (a) Pregoeiro (a), a fim de evitar prejuízos maiores para o erário público, o qual certame será lesado caso o edital permaneça nos termos atuais. Da razões alega a empresa que o processo em tela “pretende afastar do procedimento licitatório, exigências feitas em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com o intuito, inclusive, de evitar que ocorra restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados licitantes, obstando a BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA para a Administração Pública”. A empresa reclama que as informações contidas no item 11 referente ao item fiscalização, trouxe “informações num texto mal redigido que induzem a várias formas de leitura e interpretação, induzindo ao erro, com colocações, onde de forma arbitrária visa a garantia dos direitos assegurados enquanto contratante em detrimento e negação ao direitos a Contratada, onde sequer é considerado que se trata de uma obra referente a construção civil, exposta ao tempo e a condições climáticas que podem em determinado momento e situação virem a ser desfavoráveis a Contratada”. Continua a empresa dizendo que “dentre as equivocadas informações contidas no texto referente a Orientação Geral e Fiscalização e que trazemos como justificativa principal a sustentar a solicitação de PEDIDO DE ESCLARECIMENTO COM IMPUGNAÇÃO do Edital DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº DO EDITAL 009/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4675/2022”, referente ao item abaixo:

11) A Fiscalização terá plena autoridade para suspender por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos de segurança, disciplinares ou outros. Neste caso os serviços só poderão ser reiniciados por nova ordem da Fiscalização.

Finalizando o pedido a empresa informa que “tais esclarecimentos tendo em vista o quão vago é texto propriamente dito, pois nos causa além de inúmeras dúvidas, nos colocando em posição de vulnerabilidade, fragilidade e incertezas em relação a “tal fiscalização”, em virtude de TOTAL AUSÊNCIA DE QUAIS PARAMETROS que venham a respaldar ao fiscal ou fiscais responsáveis pela vistoria e acompanhamento da obra, pois NÃO FICA CLARO EM NENHUM MOMENTO no texto apresentado, e assim nos parecendo que a Contratada ficará a “mercê” de uma fiscalização que poderá ou não ser prejudicada ao bom andamento da Obra”, pedindo deferimento do pedido.

#### **DA RESPOSTA PELA SECRETARIA SOLICITANTE:**

Observados os ritos legais, a impugnação apresentada, antes da manifestação da Comissão, uma vez que o pedido refere-se ao anexo V - Caderno de Encargos, anexo do Edital, o processo foi enviado a Secretaria de Planejamento e Gestão para que o Setor Técnico analisasse e fizesse seu pronunciamento. O processo foi devolvido a Divisão de Licitação com o seguinte parecer abaixo:

“Considerando certame licitatório referente à Tomada de Preço nº 009/2022, processo nº 4675/2022, e pedido de esclarecimento da empresa *RL DA SILVA ARAUJO SERVIÇOS E COMERCIOS* por meio do processo nº 8712/2022, o Setor Técnico vem por meio deste esclarecer o questionamento realizado pela empresa.

A empresa vem questionar o edital deste certame sobre o item contido no caderno de encargos que vem mencionar no item X e subitem 11 tal afirmação abaixo:

*“A Fiscalização terá plena autoridade para suspender por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos de segurança, disciplinares ou outros. Neste caso os serviços só poderão ser reiniciados por nova ordem da Fiscalização”.*

O Setor vem esclarecer o referido item, com o intuito de ratificar e buscar auxiliar a empresa quanto a compreensão do texto redigido em Edital no que se refere ao item apontado.

Seguem as considerações:

- O fiscal tem a incumbência de acompanhar a execução das obras e averiguar o bom cumprimento do contrato em todos os seus aspectos, verificar se os projetos estão sendo executados *in loco* de acordo com o estabelecido e orientar a execução da mesma, além das demais atribuições pertinentes;
- O fiscal deverá, por meio do acompanhamento da execução da obra e de fatos devidamente comprovados, observar o andamento da mesma, podendo apontar vícios que poderão causar patologias, erros de execução de estruturas, não cumprimento na execução do projeto ou especificações, atrasos injustificados, falta de segurança e até mesmo descumprimento das normas técnicas, dentre outros;
- O Art. 78 da Lei nº 8666/93 e seus Incisos vem explicar tais paralizações e rescisões que a administração pode realizar;

Ante exposto acima, elucidamos que pode haver o pedido de suspensão parcial ou total da continuidade da obra caso algum problema seja detectado como exemplos citados acima, e, após sanados os problemas encontrados, a fiscalização pode permitir o retorno das atividades. Informamos ainda e ratificamos que o texto do referido Edital está correto e amparado pela Lei nº 8666/93. A fiscalização das obras públicas tem árduo trabalho de acompanhamento das obras e nenhuma medida é tomada estando tudo em consonância com o licitado”.

### **DO JULGAMENTO:**

Inicialmente esta Comissão de Licitação informa a empresa impugnante que o pedido em tela deveria ter sido encaminhado ao **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**, uma vez que o procedimento licitatório impugnado refere-se a Tomada de Preços e não a Pregão. Informa, também, que o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 informado como base para a referida impugnação refere-se a **PREGÃO** e foi totalmente revogado pelo Decreto nº 10.024, de 2019, demonstrando de forma clara o desconhecimento em termos de legislação.

A empresa impugnante reclama, conforme descrito no pedido acima, frases e/ou palavras como: presença de vícios, a fim de evitar prejuízos maiores ao erário público, exigências feitas em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, evitar que ocorra restrição desnecessária, busca de contratação mais vantajosa, informações contidas num texto mal redigido que induzem a várias formas de leitura e interpretação, entre outros.

Para entender o item 11 impugnado pela empresa bastaria uma leitura de forma totalizada do item reclamado. Abaixo o constante em todo o item referente a fiscalização:

### **X) ORIENTAÇÃO GERAL E FISCALIZAÇÃO:**

- 1) A Contratante manterá nas obras engenheiros e propostos seus, convenientemente credenciados junto a Contratada daqui por diante designados sempre como Fiscalização,

- com autoridade para exercer, em nome da Contratante, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização das obras e serviços de construção.
- 2) A Contratada é obrigada a facilitar meticulosa fiscalização dos materiais e execução das obras e serviços contratados, facultando à Fiscalização o acesso a todas as partes das obras. Obriga-se, do mesmo modo, a facilitar a fiscalização em oficinas, depósitos, armazéns ou dependência onde se encontrarem materiais destinados à construção, serviços ou obras em preparo.
  - 3) A Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito o Contratada sem que este tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 horas, a contar da entrega da Ordem de Serviço correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado ou material posto na obra.
  - 4) A Contratada é obrigada a retirar da obra, imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da Fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.
  - 5) Os serviços a cargos de diferentes firmas contratadas serão articulados entre si de modo a proporcionar o andamento mais harmonioso da obra em seu conjunto.
  - 6) A Fiscalização poderá exigir que sejam adotadas normas especiais ou suplementares de trabalho, não previstas nestas especificações, mais úteis, a seu juízo, à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.
  - 7) A condução geral da obra, de parte da Contratada, ficará a cargo de um Engenheiro ou Arquiteto Residente, devidamente e obrigatoriamente registrados no CREA/CAU e com prática comprovada em serviços idênticos àqueles a que se referem à obra a ser executada.
  - 8) Durante todo o tempo de execução dos serviços, a Contratada deverá manter um representante autorizado ao canteiro de obras. Quaisquer ordens ou comunicações da Fiscalização ao seu representante autorizado serão consideradas como tendo sido enviadas diretamente à Contratada.
  - 9) O quadro de pessoal da Contratada, empregado na obra, deverá ser constituído de elementos competentes, hábeis, capazes e disciplinado, podendo a Fiscalização julgar sua permanência ou não no canteiro de obras.
  - 10) Os trabalhos que forem rejeitados pela Fiscalização deverão ser refeitos pela Contratada, sem ônus pela PMSJVRP.
  - 11) *A Fiscalização terá plena autoridade para suspender por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos de segurança, disciplinares ou outros. Neste caso os serviços só poderão ser reiniciados por nova ordem da Fiscalização.*
  - 12) 12) A Contratada deverá cooperar de modo a facilitar ao máximo o livre trânsito de veículos e pedestres. Sempre que necessário a critério da fiscalização deverá deixar passagem livre e protegida para os pedestres.
  - 13) A comissão de fiscalização do Contrato deverá ser composta pelos servidores:  
André da Silva Gonçalves – Matrícula 4133.  
Bernard de Oliveira Casamasso – Matrícula 3746.  
Brenda Magrani da Cunha – Matrícula 3756.

Em suas considerações o Setor técnico informou de forma clara a responsabilidade dos fiscais da obra e informa que: “elucidamos que pode haver o pedido de suspensão parcial ou total da continuidade da obra caso algum problema seja detectado como exemplos citados acima, e, após sanados os problemas encontrados, a fiscalização pode permitir o retorno das atividades. Informamos ainda e ratificamos que o texto do referido Edital está correto e amparado pela Lei nº 8666/93. A fiscalização das obras públicas tem árduo trabalho de acompanhamento das obras e nenhuma medida é tomada estando tudo em consonância com o licitado”. Ou seja, se algum problema for detectado a obra será paralisada e após sanados os problemas, a Contratada poderá

retornar suas atividades, sempre com o direito à ampla defesa e o contraditório e o Setor responsável pela verificação da execução do contrato é o Setor de Fiscalização. A lei é clara!!! O Artigo 78 da Lei nº 8.666/93, informa claramente os motivos para a rescisão do Contrato, se necessário, conforme abaixo:

**Art. 78.** Constituem motivo para **rescisão** do contrato:

I - o **não cumprimento de cláusulas contratuais**, especificações, projetos ou prazos;

(...)

VII - o **desatendimento das determinações** regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

(...)

Nosso grifo para Artigo 78, VII, da Lei nº 8.666/93: “o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução” (...).

O item Acompanhamento e Fiscalização é muito bem explicado no manual de Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU, a partir da página 780, que diz:

É dever da Administração acompanhar e fiscalizar o contrato para verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos, consoante o disposto no art. 67 da Lei no 8.666/1993. Acompanhamento e fiscalização de contrato são medidas poderosas colocadas a disposição do gestor na defesa do interesse público.

Toda execução do contrato deve ser fiscalizada e acompanhada por representante da Administração, de preferência do setor que solicitou o bem, a obra ou o serviço.

Deve ser mantida pela Administração, desde o início até o final da execução do contrato, equipe de fiscalização ou profissional habilitados, com experiência técnica necessária ao acompanhamento e controle do objeto contratado. Os fiscais designados podem ser servidores da própria Administração ou contratados especialmente para esse fim.

Este mesmo manual as páginas 107 diz: “lembrando que a particularidade de a obra ser realizada sem a interrupção das atividades do (...), em horários estabelecidos de modo a não prejudicar o desempenho dessas atividades, reforçam ainda mais a necessidade de **concentração da fiscalização e gerenciamento da obra**”. Gripo nosso. Acórdão 2864/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator).

Diga-se, desde logo, que o licitante tem o direito de obter esclarecimentos satisfatórios. Mesmo porque, num regime democrático, a Administração tem o dever de esclarecer toda e qualquer dúvida dos particulares. Neste caso, entendemos que todas as dúvidas foram esclarecidas pelo Setor Técnico e por essa Comissão e, não deixou de prestar a impugnante informações e esclarecimentos necessários quanto ao processo licitatório em questão, opinando pelo indeferimento da impugnação apresentada.

Por fim, para esta Comissão de Licitação, salvo melhor juízo, fica demonstrado, que a presente impugnação, ao que nos parece tem mero intuito protelatório.

### **DA DECISÃO:**

Diante do exposto, essa Comissão, e em conjunto com o entendimento do Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão, não conhece a Impugnação interposta pela empresa *RL*

DA SILVA ARAUJO SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI, por ser **IMPROCEDENTE “in totum”**, pelos motivos expostos acima, permanecendo a Tomada de preços nº 009/2022 no dia 25/10/2022, as 10 horas. Deverá ser dado ciência desta decisão a Requerente, bem como, a resposta seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, 24 de outubro de 2022

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**  
Presidente da CPL

**REGIS SILVEIRA DA SILVA**  
Membro

**EVERTON FERREIRA MACHADO**  
Membro

**LACY MONNIE TEIXEIRA BASTOS**  
Membro